UNIÃO das
FREGUESIAS de
SETÚBAL

EDITAL

Informam-se todos os interessados que nos termos do nº 1 e nº2 Artigo 14º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, foi convocada uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Setúbal, para o dia 27 de abril de 2016, pelas 21.00h, a ter lugar na sede da Associação de Moradores da ALDEIA GRANDE, sito na Trav. Francisco Bento, 2900-746 Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

A) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

B) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

C) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 5 DE 11/12/2015
2. ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA - MANDATO 2013/2017;
3. APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE;
4. REGIME DE PERMANÊNCIA A TEMPO INTEIRO S/EXCLUSIVIDADE DA TESOUREIRA DA UNIAO DAS FREGUESIAS DE SETÚBAL;
5. APRECIAÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS;
6. AVALIAÇÃO, APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS A 2015;
7. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA COMENDA;
8. 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL /2016

Setúbal, 20 de abril de 2016

UNIÃO DAS FREGUESIAS S. JULIÃO Nª Srª ANUNCIADA Stª Mª da GRAÇA SETÚBAL

A Presidente da Assembleia de Freguesia

(Ana Pereira)

Sede: Rua do Mormugão, Nº40 – 2900-504 Setúbal | Tel.: 265 535 815
Polo S. Julião: Av. Luísa Todi, Nº 354 – 2900-454 Setúbal | Tel.: 265 546 414
Polo N. S. Anunciada: Rua Deputado Henrique Cardoso, Nº 13 – 2900-110 Setúbal
E-mail: geral@uf-setubal.pt | **Site**: www.uf-setubal.pt

UNIÃO das FREGUESIAS de SETÚBAL

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Ata nº 3/2016 em Minuta

Aos vinte e sete dias do mês de abril dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal, em sessão ordinária a ter lugar na sede da Associação de Moradores da Aldeia Grande – antiga escola primária, sito na Travessa Francisco Bento, 2900-746 Setúbal.

Foi Presidida por **Ana Isabel Espada Pereira**, secretariada por Donatília Rosa Cavaleiro Peralta Moço como 1ª secretária, por Dina Maria Ferreira Rocha Lança como 2ª secretária e todos os eleitos presentes, conforme folha de presenças assinada.----------

C) PERIODO DA ORDEM DO DIA

1 – **APROVAÇÃO D ATA Nº 5 de 11/12/2015;** ----------

Aprovada foi retirada;

Reprovada ;

2 – **ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA - MANDATO 2013/2017;** --------

Aprovada por unanimidade;

Reprovada —;

4 – **REGIME DE PERMANÊNCIA A TEMPO INTEIRO S/EXCLUSIVIDADE DA TESOUREIRA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETÚBAL;** ----------

Aprovada por unanimidade;

Reprovada —;

6 –**AVALIAÇÃO, APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS A 2015;** ----------

Aprovada por maioria;

Reprovada —;

7 – **PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA COMENDA;** ----------

Aprovada por unanimidade;

Reprovada —;

8 – **1ª REVISÃO ORÇAMENTAL /2016.** ----------

Aprovada por maioria;

Reprovada —;

Para efeitos do nº 3 do Artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, as deliberações dos pontos números 1; 2; 4; 6; 7 e 8 constantes da ordem de trabalhos e acima discriminados, foram aprovados em minuta da ata por unanimidade.

A Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram 12 h 30 horas.

A PRESIDENTE Ana Pereira

A 1ª SECRETÁRIA Donatília Moço

A 2ª SECRETÁRIA _____

Sede: Rua do Mormugão, Nº40 – 2900-504 Setúbal | Tel.: 265 535 815
Polo S. Julião: Av. Luisa Todi, Nº 354 – 2900-454 Setúbal | Tel.: 265 546 414
Polo N. S. Anunciada: Rua Deputado Henrique Cardoso, Nº 13 – 2900-110 Setúbal
E-mail: geral@uf-setubal.pt | Site: www.uf-setubal.pt

Recebido em 17/04/2017

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETÚBAL DO MUNICIPIO DE SETUBAL, REALIZADA AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E DEZASSEIS

ATA Nº 3/2016

Aos vinte sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, reuniu-se em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal do Município de Setúbal, na sede da Associação de Moradores da Aldeia Grande (antiga Escola Primária), sito na Travessa Francisco Bento, 2900-746 Setúbal. A Mesa da Assembleia foi presidida por, **ANA ISABEL ESPADA PEREIRA** (PS), secretariada por Donatilia Rosa Cavaleiro Peralta Moço (PS) como primeira secretária e Dina Maria Ferreira Rocha Lança (PS) como segunda secretária. ----------
Compareceram os seguintes membros:----------
Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária ----------
Mário Fernandes dos Santos Peixoto (em substituição de Ilda Alves - anexo 1); João Luís de Matos Barreiros Poeira; Alberto Manuel de Sousa Pereira; Maria de Fátima Fernandes Ferreira; António José de Oliveira Freixo; Jorge Gordo Martins; Olinda de Jesus Batista Fidalgo Peixoto. ----------
Bancada do PS – Partido Socialista ----------
Paulo Alexandre Tavares Gomes; Ciro de Sá Silva; João Vítor Miranda Inácio; ----------
Bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si -PPD/PSD.CDS-PP ----------
Pedro Gaivéo Duarte Luzio; Ana Maria Guerra Casqueiro Nieto; Carlos Alberto Calçada Cunha (em substituição de Vitor José Ferreira Vargas dos Santos Batista – anexo 4); Armando José Moreira Pinto (em substituição de Maria Cristina Pires Diz Viegas (anexo 5).
Bancada do BE – Bloco Esquerda ----------
Silvana Cassaca Parreira Paulino. ----------

EXECUTIVO DA JUNTA ----------
Presidente – Rui Manuel do Rosário Canas (CDU);----------
Secretária – Fátima de Jesus Carixas Silveirinha (CDU) ----------
Tesoureiro – Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU); ----------
Vogal - Joaquim Mário Augusto Guerreiro (CDU); ----------
Vogal – Carlos Manuel dos Reis Branco (BE); ----------
Vogal - Maria Luís Alves da Silva Nunes (CDU); ----------
Não compareceram os seguintes membros: ----------
Ilda Fernandes Alves (CDU) (anexo 1), substituída por Vitor Manuel Serrano Cardeira (anexo 2) que por sua vez pediu substituição por Gertrudes Moura (anexo 3) que por sua vez também pediu substituição por Mário Fernandes dos Santos Peixoto; Paulo Jorge Oliveira da Silva (PS); Vítor José Ferreira Vargas dos Santos Batista (Coligação Por Setúbal, Por Si) (substituído por Carlos Alberto Calçada Cunha (anexo 4)]; Maria Cristina Pires Diz Viegas (Coligação Por Setúbal, Por Si)

(anexo 5), substituída por Paulo José Teixeira da Silva Mateus que por sua vez também pediu substituição (anexo 6), por Carolina Filipa Botelho Sampaio que por sua vez enviou uma renúncia de mandato (anexo 7) e foi substituída por Armando José Moreira Pinto, que tomou posse, tendo sido investido nas suas funções após verificada a legitimidade e a identidade do eleito pela Presidente da Mesa e este ter prestado o juramento legal (anexo 8). ----------

A Presidente da Mesa após cumprimentar todos os presentes e agradecer à Associação de Moradores da Aldeia Grande, na pessoa da D. Fátima, Presidente da Associação e membro da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Setúbal, pela cedência do espaço que deu lugar a mais uma Sessão de Assembleia descentralizada na zona Rural, procedeu à chamada registando as presenças e as justificações de falta incluindo algumas substituições. Em seguida e após ler a ordem de trabalhos deu por aberto o ponto A – Período destinado à intervenção do público. ----------

Pediu a palavra o freguês, Ricardo, referindo que a sua intervenção estava relacionada com o estacionamento na via publica e os respetivos paquímetros que irão ser colocados em zonas improváveis na área da freguesia e os quais foram aprovados em Sessão Pública da Câmara Municipal de Setúbal no dia seis de abril. Prosseguiu referindo que tudo em Setúbal é sempre programado pela taxa máxima em relação ao resto do País e que a questão do pagamento do estacionamento deveria ser estudado com tempo de forma a pensar na população em geral, que na sua maioria está descontente e não para resolver problemas de tesouraria da Câmara. ----------

Pediu a palavra a freguesa, Mónica, moradora na zona da Aldeia Grande que, para além de agradecer à Junta todos os melhoramentos que tinham sido feitos naquela zona, alertou para o facto da paragem Camarária, onde as crianças apanhavam o autocarro para a Escola, ficar situada numa zona muito perigosa, uma vez que nesse sitio tinha caído uma camioneta depois de ter capotado e se o acidente tivesse acontecido dez minutos mais cedo, tinha apanhado crianças que aguardavam a camioneta na paragem. Terminou solicitando que a Junta fizesse démarches para que a Câmara recuasse o lugar da paragem, uma vez que os moradores não tinham conseguido apesar de o terem solicitado por diversas vezes.----------

Pediu a palavra a freguesa, Anabela, também moradora na zona rural da Aldeia Grande, que também agradeceu à Junta todos os melhoramentos que tinham sido feitos. ----------

Não havendo mais intervenções, **a Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Junta,** o qual após cumprimentar todos os presente e agradecer à Associação de Moradores a cedência da sala da Casa dos Moradores, salientou ter sido um projeto de há muito que tinha sido concretizado com o esforço e o trabalho de muitos moradores da zona, servindo ao mesmo tempo, de exemplo para as pessoas se aperceberem que quando existe união e se dão as mãos, trabalhando com o mesmo objetivo, os projetos tomam forma e realizam-se. Respondendo à utente Mónica, acerca do assunto referente à paragem ser deslocada, já tinha sido falado na Câmara e uma vez que os transportes Escolares estavam entregues a esta instituição, possivelmente a Junta poderia fazer esse serviço, mas tinham que aguardar autorização e/ou que o solicitassem. Respondendo ao utente Ricardo, acerca do estacionamento, informou que a Junta não se poderia pronunciar sem estudar e analisar o referido assunto, no entanto ele e a tesoureira tinham tido uma reunião com o Vereador André Martins a fim de saberem pormenores e sugerimos que fossem feitas reuniões com a população tipo "sessões de esclarecimento", pelo que hoje foi-nos comunicado que iria haver um conjunto de reuniões com a população para ouvirem as diversas opiniões, sendo uma reunião no dia 3 de maio, pelas 19:00 horas na EB1 Montalvão (Laranjeiras); outra no mesmo dia mas às 21:00 horas na EB1 dos Arcos; outra no dia 4 de maio, pelas 21:00 horas na EB1 nº 3 do Montalvão; outra no dia 5 de maio, pelas 19:00 horas na EB1 nº 2 de Santa Maria e o dia 6 de maio, pelas 19:00 horas na Escola Secundária do Bocage e para além destas ainda propusemos que se realizasse outra na EB1 nº 12 das Amoreiras. Com estas reuniões a Junta pensa que fica coberta toda a zona correspondente ao Novo Mapa de Estacionamento alargado, para que também a Câmara tenha

noção da opinião de toda a população abrangida por estas áreas. No entanto todos temos conhecimento que o trânsito e o estacionamento da cidade tem que ser ordenado e para isso tem que haver uma política de mobilidade urbana, tendo em conta que desde 1994 não existe Concessão de Transporte Públicos, motivo pelo qual se têm degradado tornando-se cada vez mais caro e com menos serviços para a população. Tudo isto tem que ser equacionado e as infraestruturas têm que ser criadas. Terminou explicando que o que se tinha passado com o estacionamento tinha a ver com o fim dos serviços da empresa a quem a Câmara tinha entregado a concessão do controlo do estacionamento e não com questões políticas nem partidárias. Uma vez que a Câmara não possui meios nem condições de assegurar estas funções terá que recorrer novamente a um concurso para adjudicar estas funções a outra empresa. No entanto o aumento do número de estacionamentos será aproximadamente de duzentos, preferencialmente nas zonas comerciais e será feito por fazes e após ouvir a população nas referidas sessões públicas. ----------

Não havendo mais intervenções do público, **a Presidente da Mesa passou ao ponto B da ordem de trabalhos – Período antes da ordem do dia,** referindo que tinham chegado à Mesa Moções e Saudações que ficariam para serem apresentadas no fim das intervenções. ----------

Teve a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, que após cumprimentar todos os presentes e agradecer a cedência da sala à Associação de Moradores da Aldeia Grande deu os parabéns a quem interveio na transformação das Instalações da antiga Escola Primária. Em seguida referiu que o Presidente da Junta na intervenção que tinha feito sobre o estacionamento, mais parecia o Presidente da Câmara e acrescentou que se os partidos da oposição ao PCP colocassem estacionamento pago à porta do Secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, no dia seguinte havia uma manifestação em Setúbal. Continuou referindo que o Presidente da Junta deveria defender os interesses dos munícipes da sua área. Seguidamente em análise ao assunto referiu que existiam mil e cem lugares que tinham sido criados pelo PS e PSD que ainda não estavam todos usados pertencendo à zona vermelha; depois existem mais mil e novecentos lugares para serem criados mas só se houver justificação, por isso quando for necessário serão colocados para aprovação; mas ainda existem mais dois mil lugares a serem criados, aos quais fazem referência que são pouco prováveis; então se no presente não se justificam e se outros são pouco prováveis, qual a necessidade de os quererem aprovar agora. Quanto à história de se justificarem que em outras cidades também executam este tipo de tarifas, então também deveriam ter em atenção o que as outras cidades cobram quanto ao IMI. Continuou referindo que estava a contar que o senhor Presidente da Junta tivesse um discurso diferente em relação a este assunto, pois acima de tudo está a defesa dos interesses dos fregueses desta freguesia. Terminou a sua intervenção referindo-se às obras que nunca mais são alteradas, apesar de várias pessoas já terem alertado para o perigo derivado à curva ser muito sinuosa, tendo originado acidentes constantes, mas que mesmo assim a Câmara diz que está a estudar o assunto, pelos vistos, até haver um acidente bastante grave; no entanto na Câmara são aprovadas coisas que "supõem" vir a ser necessárias e que na realidade não fazem falta aos fregueses, até pelo contrário. ----------

Pediu a palavra o membro da bancada do Bloco de Esquerda, Silvana Cassaca, saudando todo o trabalho da Provedora dos Moradores, Fátima Ferreira, na Aldeia Grande. Seguidamente questionou qual a resposta que Poçoilos tinha dado sobre a questão que o Bloco de Esquerda tinha apresentado sobre o Centro de Recolha de Animais.----------

Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Ana Nieto, referindo que lhe fazia confusão um morador ter que pagar o estacionamento do seu carro por estar à porta da sua residência. Prosseguiu salientando achar caricato que na maioria das zonas onde se paga o estacionamento apareçam supostos "arrumadores" pedindo dinheiro e questionou se estas situações se manteriam, pois criavam-se determinadas condições mas depois não funcionavam de forma correta. ----------

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, o qual referiu que a documentação para cada sessão da Assembleia se estava a tornar num grande desperdício de papel, uma vez que a maioria dos documentos não eram levantados, por isso fazia duas sugestões: - "uma era que os mesmos fossem enviados por correio eletrónico; outra era que se criasse uma palavra passe na página da Junta, na Internet, para que só os membros da Assembleia tivessem acesso aos documentos da Sessão correspondente". ----------

Teve a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Carlos Calçada, dando opinião sobre as rotundas referiu que estavam muito juntas umas às outras, o que só demonstrava que tinha sido tudo feito às três pancadas sem critério nem projetos. Quanto ao estacionamento questionou o Presidente da Junta sobre que posição iria ter na próxima sexta-feira, se iria votar contra ou a favor da decisão do Executivo da Câmara que tinha aprovado este assunto no dia seis de abril. Deveriam ter em conta que a população está contra, principalmente todo o Bairro do Liceu que vai ser prejudicado com a aplicação de taxas superiores.

Não havendo mais intervenções **a Presidente da Mesa** antes de dar a palavra ao Presidente da Junta referiu que concordava plenamente com o membro, Alberto Pereira, sobre o envio dos documentos para as Sessões da Assembleia, uma vez que os mesmos, na sua maioria, não eram levantados em papel, talvez por serem enviados por correio eletrónico o que muitas vezes se tornava difícil derivado à quantidade de documentos; mediante isto, disse concordar que se fossem colocados no site da Junta para que os membros tivessem acesso seria um bom sistema e solicitou ao Presidente da Junta que se inteirasse com o técnico informático da Junta de Freguesia, se tal seria possível. Seguidamente deu a palavra ao Presidente da Junta. ----------

Teve a palavra o Presidente da Junta, Rui Canas, começando por informar que o PCP tinha proposto na Assembleia da República baixar a taxa do IMI de 0.5 para 0.4, tendo sido aprovado, motivo pelo qual irá deixar de ser uma questão a ser colocada em Sessão da Assembleia. Quanto ao problema do aumento do número de estacionamentos pagos a serem implementados pela Câmara, referiu que a Junta tem acompanhado este processo, defendendo os interesses da população da freguesia, motivo pelo qual sugeriu que fossem feitas reuniões com a população das diferentes zonas, para que fossem ouvidas todas as opiniões; ao que a Câmara se mostrou recetiva, portanto há que aguardar pela solução. Quanto às Obras do novo troço da Estrada dos Ciprestes, Via Rápida e Av. Antero de Quental, todos sabem os problemas existentes, motivo pelo qual as obras ainda não terminaram, o que significa que estão em estudo e não no esquecimento. No que respeita à Rotunda na Av. Independência das Colónias, que está a ser feita, irá facilitar, em muito, o trânsito nessa zona e no final a referida avenida terá na mesma dois sentidos. Prosseguindo referiu que numa das reuniões do Projeto de Animação da Baixa, a maioria dos comerciantes eram a favor dos paquímetros, pois evitavam que os veículos ficassem estacionados no mesmo local por tempo indeterminado. Quanto à quantidade de rotundas existentes na Via Rápida respondeu ao membro, Carlos Calçada, que não eram demais e que resolveram a questão do fluxo de trânsito naquela zona e no que respeita a gastos excessivos referiu que o que são gastos excessivos para uns podem não ser para outros, depende do ponto de vista. Terminou respondendo ao membro, Silvana Cassaca, que a Junta ainda não tinha tido resposta sobre a criação de um Centro de Recolha de Animais da parte da Câmara.----------

A Presidente da Mesa, uma vez não haver mais intervenções, depois de ter informado que na Mesa existiam 6 documentos, compostos por Moções e Saudações, para serem apresentados pediu à **bancada da CDU que lesse a Moção sobre o 1º de Maio - A** anexo 9). Após ter sido lida e não haver intervenções sobre a mesma, foi colocada a votação, tendo sido aprovada por Maioria com catorze votos a favor (6 PS; 7 CDU; 1 BE) e quatro votos contra da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si. Seguidamente **a bancada da CDU leu a Moção do 25 de Abril - B** (anexo 10), a qual depois de lida e não havendo intervenções, foi colocada para aprovação, tendo ficado aprovada por Unanimidade. Seguidamente **a bancada da CDU leu a Moção sobre a Reposição das**

Freguesias – C (anexo11). Depois de lida foi colocada para discussão, pelo que não havendo intervenções foi a mesma colocada para votação, tendo sido aprovada por Maioria com catorze votos a favor (6 PS; 7 CDU; 1 BE) e quatro votos contra da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si. ----------

Seguidamente a Presidente da Mesa solicitou à bancada do PS que lesse a Saudação sobre o **quadragésimo segundo aniversário do 25 de abril – D** (anexo 12). Após a sua leitura foi colocada apenas para discussão. Não havendo intervenções **a Presidente da Mesa solicitou à bancada do BE** que lesse a **Saudação ao 1º de Maio – E** (anexo 13). Após a sua leitura e uma vez que a mesma faz, no final, uma consideração, teve que ser colocada para discussão, pelo que não havendo intervenções foi a mesma colocada para votação, tendo ficado aprovada por Maioria com catorze votos a favor (6 PS; 7 CDU; 1 BE) e quatro votos contra da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si.----------

Seguidamente a Presidente da Mesa solicitou à bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, que lesse a Moção contra o aumento brutal da área de estacionamento pago em Setúbal – **F** (anexo 14). Após a sua leitura foi colocada para discussão. ----------

Pediu a palavra o membro da bancada do CDU, Jorge Gordo, referindo que o que tinha sido lido tinha mais a ver com uma critica do que com uma Moção, com a agravante de que a solicitação da revogação da deliberação está em nome de uma coligação e não em nome dos eleitos; motivo que o levou a solicitar a alteração do último parágrafo. ----------

A Presidente da Mesa referiu que, derivado à Moção solicitar a revogação de uma deliberação teria que ser votada; para isso, caso a Coligação Por Setúbal, Por Si e os restantes membros da Assembleia concordassem, teriam que alterar uma frase no penúltimo parágrafo, ou seja em vez de "pelo que solicitamos a revogação…" ficaria "pelo que os eleitos da Assembleia de Freguesia solicitam a revogação…". ----------

Pediu a palavra o membro da CDU, Alberto Pereira, referindo que a sua intervenção era dirigida á bancada do PSD e lamentando que ao fim de quarenta anos de democracia um partido que está várias vezes no governo não se consiga redigir uma Moção corretamente. Prosseguiu dizendo que uma Moção é um documento de ordem geral, composto quase sempre por três partes, uma parte inicial que é composta por uma série de considerações, sempre de uma forma geral e nunca mencionando qualquer partido, depois na parte final acaba sempre com uma resolução muito clara e sempre em nome da Assembleia, por fim tem a data e a assinatura de quem se responsabiliza. Portanto a Moção que foi apresentada não tem a ver com nada e referiu que a moção mais bem-feita que tinha visto até à data, tinha sido uma Moção apresentada pela filha do Vereador Catarino Costa, que estava perfeitíssima até dava gosto ouvir. Terminou referindo que a que tinham apresentado não se percebia se era uma Moção, uma saudação ou um voto de pesar e que futuramente haviam de ter um pouco mais de cuidado com os documentos que apresentavam. ----------

Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Carlos Calçada, dando razão ao membro da Assembleia, Alberto Pereira, de que esta Moção estava mal elaborada, não tinha sido por falta de experiência mas sim por lapso e falta de tempo. No entanto a intenção era boa, pois chamava à atenção que não se devia agravar o custo do estacionamento. ----------

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Jorge Gordo, referindo que tendo em conta o que o Presidente tinha referido sobre esta questão, sugerindo que se deveria auscultar a população, esta Moção estava fora de contexto. ----------

Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Pedro Luzio, referindo que a Moção é muito clara e a sua função é solicitar a revogação da deliberação nº 27/2016/DAFRH/DIGEF/SECPP, aprovada na Câmara Municipal de Setúbal dia 6 de abril do corrente ano. ----------

A Presidente da Mesa, uma vez não haver mais intervenções sobre a Moção colocou-a para votação, tendo ficado aprovada por Maioria com onze votos a favor (6 PS; 4 Coligação Por Setúbal, Por Si);

1 BE) e sete votos contra da bancada da CDU. O membro da bancada da Coligação relembrou que a Moção depois de aprovada deveria ser publicada nos locais de estilo habituais, no site da Junta de Freguesia e na comunicação social local e nacional. ----------

A Presidente da Mesa deu por encerrado o Período Antes da Ordem do dia e passou então Período da Ordem do Dia, dando por aberto o primeiro ponto da ordem de trabalhos – Aprovação da ata nº 5 de 11/12/2015 e colocando a mesma para discussão.

Pediu a palavra a membro da bancada do Bloco de Esquerda, Silvana Cassaca, referindo que na décima sexta linhado segundo parágrafo da página 5 em vez de "a Câmara e a Junta ter reunido" deveria estar " terem reunido" e na página 6 o século 19 em numeração Romana estava mal escrito, deveria estar XIX. ----------

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, sugerindo que para uma melhor compreensão de identificação todas as páginas referentes a uma ata deveriam ter um cabeçalho identificativo fazendo referência não só ao nome de União das Freguesias de Setúbal, como também a que ata se refere e a que ano. ----------

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, referindo que o quinto e último ponto da ordem de trabalho só fazia referencia a que depois de um troca de impressões o Presidente da Junta tinha retirado este ponto da ordem de trabalhos, no entanto tinha havido discussão de cerca de uma hora sobre este assunto, do qual deveria haver mais detalhes sobre as intervenções feitas. Terminou solicitando que esta ata fosse retirada por ausência de conteúdo e viesse numa próxima Sessão de Assembleia. ----------

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, João Inácio, referindo que na página número 7, na sua intervenção na quarta linha onde diz "qual o motivo e o que pensavam fazer" deve dizer "qual o motivo e o que a Câmara pensa fazer". E no final da quinta linha onde diz "que se encontrava sob a responsabilidade " deve dizer " que se encontra sob a responsabilidade".

A Presidente da Mesa, uma vez haver diversas alterações a serem feitas, incluindo acréscimo de conteúdo, **retirou a ata** ficando para ser apresentada numa próxima Sessão. **Seguidamente deu por aberto o segundo ponto da ordem de trabalhos – Alteração ao Regimento da Assembleia de Freguesia.** Prosseguiu informando que mediante ter surgido uma dúvida sobre em que sessões haveria um Período antes da ordem do dia, após análise ao Regimento da Assembleia foi feita uma alteração tendo sido acrescentado a negrito no Artigo 29º a palavra "**ordinária**", dando origem ao seguinte texto: - Em cada sessão **ordinária** há um período de antes da ordem do dia, …". Concluindo referiu que o Período para Intervenção do Público existe tanto nas Sessões Ordinárias como nas Extraordinárias, mas o Período antes da ordem do dia só existe nas Ordinárias. Após a explicação foi o documento colocado para discussão e uma vez não haver dúvidas nem intervenções a Presidente da Mesa colocou-o para votação tendo ficado aprovado por unanimidade. Seguidamente passou ao terceiro ponto da ordem de trabalhos – Informação escrita do Presidente, dando-lhe a palavra. ----------

Teve a palavra o Presidente da Junta, Rui Canas, referindo que a Informação é sobre o trabalho que o Executivo da Junta de Freguesia tem realizado no último trimestre, salientando a contribuição dos trabalhadores que tiveram um trabalho suplementar e exaustivo para colocarem o trabalho de três meses em ordem num só mês, derivado às contingências do Orçamento só ter sido aprovado há menos de um mês, motivo pelo qual agradece a todos os trabalhadores o esforço feito nesse sentido e o documento apresentado espelha bem esse trabalho. No entanto, apesar do documento ter sofrido melhoramentos constantes, ainda não está como gostaríamos, principalmente na parte do setor operacional quanto à especificação de todos os trabalhos diários e respetivos gastos, mas caminhamos no bom sentido para o conseguir. Terminou dizendo que estava recetivo para as questões que lhe quisessem colocar. ----------

Uma vez não haver questões colocadas nem intervenções, **a Presidente da Mesa deu por encerrado este ponto passando de imediato ao quarto ponto da ordem de trabalhos – Regime**

c de Permanência a Tempo Inteiro S/Exclusividade da Tesoureira da União das Freguesias de Setúbal; dando a palavra ao Presidente da Junta para que informasse a Assembleia sobre a Proposta apresentada. ----------

Teve a palavra o Presidente da Junta, Rui Canas, informando que desde o princípio da União das Freguesias que existe a necessidade de terem mais um elemento do Executivo a tempo inteiro, dado não só à dimensão da área da freguesia e da área descentralizada, como também à dimensão populacional com o respetivo atendimento personalizado visto a freguesia ser um órgão de proximidade à população; para além de que, também, têm previstos diversos conjuntos de obras que, derivado à sua complexidade, requerem disponibilidade para o seu acompanhamento e uma vez ter havido alteração à legislação, permitindo ter mais um eleito a tempo inteiro, levou a que o Executivo da Junta elaborasse e apresentasse à Assembleia de Freguesia a referida Proposta para Regime de Permanência a Tempo Inteiro Sem Exclusividade da Tesoureira da União das Freguesias de Setúbal, Eugénia da Silveira, por esta já possuir o pelouro das obras.----------

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Ciro Silva, questionando o que tinha mudado e que diferença havia desde o início do mandato para que atualmente fosse necessário outro membro do Executivo a tempo inteiro. ----------

Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, Carlos Calçada, referindo que um membro da sua bancada, que tinha estado numa reunião, tinha-o informado que era a meio tempo e não a tempo inteiro, motivo pelo qual gostaria de saber se tinha havido alteração ou se tinham percebido mal. ----------

Teve a palavra o Presidente da Junta respondendo em primeiro lugar ao membro da bancada do PS, **Ciro Silva**, dizendo que a explicação está explicita na proposta e a viabilidade também está mencionada no novo Orçamento do Estado. Quanto á justificação para a necessidade de um novo membro do Executivo a tempo inteiro, já tinha sido mencionado não só com o aumento de obras que se iriam realizar, como também o aumento da área descentralizada. Seguidamente esclareceu o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por Si, **Carlos Calçada**, referindo que era em Permanência a Tempo Inteiro Sem Exclusividade, ou seja que apesar de estar a tempo inteiro ganha metade por ser sem exclusividade. ----------

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Jorge Martins, reforçando a ideia de que esta alteração consta no Orçamento do Estado, uma vez ter havido agregação de diversas freguesias aumentando assim a área geográfica da nova freguesia, aumentando proporcionalmente a manutenção e o trabalho a ser feito.----------

A Presidente da Mesa, por não haver mais intervenções colocou a proposta para aprovação, tendo ficado aprovada por unanimidade, tendo salientado que a Proposta tinha um engano, ou seja que o Executivo tinha assinalado a aprovação por unanimidade no lugar da Assembleia e teria de ser retificado apesar de também na Assembleia ter sido aprovada por unanimidade. Seguidamente deu por encerrado este ponto e passou ao quinto ponto da ordem de trabalhos – Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais; colocando o mesmo para discussão.

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, alertando para o facto do setor onde estão mencionados os computadores, também estar mencionado, talvez por engano, a palavra-chave que dá acesso ao programa do respetivo Software, mais propriamente na página 38. ----------

Teve a palavra a Presidente da Mesa, referindo que, não havendo mais intervenções e ter ficado registado em ata a alteração, sugerida pelo membro da bancada da CDU, Alberto Pereiro, no Inventário, página 38, sobre os registos dos Softwares, dava por encerrado o quinto ponto da ordem de trabalhos. Seguidamente passou ao sexto ponto da ordem de trabalhos – Avaliação, Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas relativas a 2015, dando-o por aberto e antes de o colocar para discussão, deu a palavra ao Presidente da Junta para que fizesse a sua apresentação. ----

Teve a palavra o Presidente da Junta, referindo que o documento vinha na sequência do ano anterior, realçando dois aspetos mais relevantes; o primeiro tinha a ver com a capacidade de

angariação da receita ultrapassando os cem por cento e o segundo com a execução da despesa que rondava os noventa e seis por cento. Quanto às principais alterações orçamentais estiveram relacionadas com o concurso de aquisição de pessoal e outras com a transferência de verbas das rúbricas onde não foram atingidos os valores previstos para outras em que os valores foram ultrapassados. Terminou dizendo que no fundo tinham conseguido concluir dentro dos parâmetros normais da estrutura de um Orçamento, com um saldo final de oitenta e oito mil euros e todos os pagamentos feitos. ----------

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, salientando a evolução positiva e o esforço que tem sido feito na apresentação dos documentos, tanto na facilidade da leitura como na compreensão dos mesmos. Quanto aos custos dos documentos serem em papel e por vezes não serem levantados tornando-se num gasto desnecessário, não deixam de ter razão, mas o facto é que na maioria dos casos o horário de quem trabalha coincide com o horário da Junta e não dá para levantar os documentos, mesmo que fossem via Correio acontecia o mesmo. Prosseguiu referindo que papel era papel por isso haviam jornais e os documentos em papel eram outra coisa, podia-se tocar, riscar, consultar com mais facilidade. Quanto ao relatório e apreciação das contas, referiu não ter muito a dizer, no entanto salientou que muitas das coisas que estão mencionadas não condizem com o Orçamento que tinham aprovado, apesar de não terem ficado chocados. ----------

Pediu a palavra o membro da bancada do Bloco de Esquerda, Silvana Cassaca, referindo que em face da quantidade de papel gasto sugeria que os documentos mais importantes para discussão fossem em papel e os outros em sistema informático.

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Jorge Martins, referindo que o envio dos documentos por via informática tinha mais vantagens, não só na qualidade do trabalho como na poupança de papel e até mesmo no manuseamento e transporte dos mesmos.

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Ciro Silva, solicitando esclarecimento sobre o mapa da descentralização, mais propriamente sobre o saldo final de 2015 que estava negativo ou seja tinha-se gasto mais do que se recebera e se o mesmo faz parte de um Orçamento próprio diferencial. ----------

O Presidente da Junta em resposta referiu que sim, que o Orçamento relativo ao Protocolo de Delegação de Competências era um orçamento próprio referente só à descentralização. ----------

Teve a palavra a Presidente da Mesa, referindo que, em relação ao que tinha acontecido aquando da prestação de contas do ano anterior ter sido totalmente diferente do Orçamento aprovado no início do ano, a atual está bem diferente, ou seja apesar de ter muitas alterações e de estar diferente do original aproxima-se mais dele. ----------

Teve a palavra o Presidente da Junta, referindo que tinham sido feitas as alterações necessárias sem ter sido alterado o valor final. Quanto à Descentralização referiu que se tinha gasto mais do que se tinha recebido da Câmara, principalmente nas despesas com as Escolas, as quais por serem bastante antigas necessitavam de constantes reparações; para além de também necessitarem de melhoramentos quanto às infraestruturas, no entanto essas obras de melhoramento eram da responsabilidade da Câmara e quanto a outras obras que a Câmara tinha proposto à Junta não tinham sido aceites por não haver condições para as realizar. ----------

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, referindo-se à apresentação dos documentos do Relatório da Gestão 2015, sugeriu que não fossem feitos traços como separadores de números, pois em primeira análise esses números ou pareciam negativos, ou pareciam ser uma substração de elementos diferentes e deu como exemplo o documento da página 5, referente à Receita Prevista onde se lia " Impostos Diretos: 55 000,00 € - 4.22 %"; seguidamente sugeriu que nestes casos se enquadrasse a percentagem dentro de parêntesis (4,2%). ----------

Teve a palavra a Presidente da Mesa, referindo que iria fazer uma intervenção idêntica a muitas outras que já tinha feito no passado e que estava relacionada com rubricas que eram pouco claras apesar do POCAL assim o permitir, no entanto nem tudo cabe na mesma rubrica e na rubrica Outros

Bens, referentes à Despesa, em que no Orçamento estava previsto inicialmente vinte mil euros, aparece na Execução cinquenta mil euros. Tendo em conta que na referida rubrica estão incluídas pequenas coisas não especificadas por serem de menor valor e relevância, com esta alteração tão significativa de valores dá origem a existir falta de transparência relativamente a onde e como foram aplicados esses valores. Prosseguiu referindo que o mesmo se verificou na Aquisição de Serviços onde foram gastos mais de quarenta mil euros do que estava previsto, assim como na Comunicação em que a previsão foi de vinte mil euros e gastou-se mais de vinte e sete mil euros, pelo que sugeriu que o contrato relativo às comunicações deveria ser revisto uma vez que o valor atual estava muito elevado. ----------

Pediu a palavra o Presidente da Junta, referindo que a rúbrica Outros Bens, tinha a ver com aquisições de materiais cuja designação não dava para encaixar em outras rúbricas, como por exemplo bancos e outro tipo de materiais incluindo determinadas ferramentas. Quanto à Aquisição de Serviços, referiu que nessa rúbrica estava a verba gasta no aluguer de uma varredoura, durante quatro a cinco meses, verba que iria ser ressarcida pela Câmara, uma vez ser ela a responsável pela varredoura. Quanto às telecomunicações informou que a verba não correspondia só aos telemóveis e telefones, também tinha a ver com a correspondência, principalmente com os gastos relacionados com o concurso, para além de também estar incluídos gastos com Internet e a ligação aos Polos. Terminou referindo-se que as verbas gastas com o pessoal estavam nos quarenta e seis por cento e que o limite eram sessenta por cento, no entanto a Junta não queria ultrapassar os cinquenta por cento no máximo. ----------

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa colocou a Prestação de Contas para aprovação, tendo ficado aprovado por maioria com sete votos a favor da CDU e onze abstenções (6 PS; 1 BE; 4 Coligação Por Setúbal, Por Si). Seguidamente antes de prosseguir colocou à consignação dos membros da Assembleia se queriam continuar sessão, uma vez que passava da meia-noite, ou se continuavam num outro dia. Como a maioria foi a favor da continuação, passou ao sétimo ponto da ordem de trabalhos – **Protocolo de Delegação de Competências da Comenda** e deu-o por aberto colocando-o primeiramente para apresentação e em seguida para discussão. ------

Teve a palavra o Presidente da Junta, começando por dizer que a Proposta continha os dados fundamentais das competências que a Junta iria assumir nessa área. O motivo pelo qual se tinha aceitado a proposta, tinha a ver não só com o estado de abandono em que o local se encontrava, como também por ser um espaço emblemático da cidade e da freguesia, muito procurado por ser um Parque de Merendas propício ao convívio e ao descanso. Terminou a sua intervenção referindo que tinham reunido com a família Xavier de Lima, a fim de chegarem a um consenso no aspeto da Junta ter autorização para fazer determinados melhoramentos no referido espaço, tornando-o mais aprazível para os visitantes. -~~----------

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, dando uma breve explicação sobre o Parque das Merendas da Comenda e do Palácio. "*Aquele local inicialmente era um forte "Forte de Mouguelas", que fazia a Barra de Setúbal, fazendo uma triangulação entre o Forte do Outão, uma bateria situada na Troia e o Forte de Mouguelas, sobretudo para evitar a entrada dos piratas Argelinos se alguma vez viessem ver Setúbal, que felizmente nunca vieram. Nos finais do século XIX o antigo embaixador de França em Portugal, Conde de Armand, encantou-se com esta zona e comprou a Quinta da Comenda tendo construído uma casita muito ligeira por cima do Forte, que era semelhante ao Forte de Albarquel. No entanto achou que a construção não tinha dignidade para aquele local que considerava um autêntico paraíso e em 1904 contratou o jovem arquiteto, Raul Lino, que tinha vindo de um estágio e que falava várias línguas, pois tinha estagiado na Itália, na França e na Alemanha, para que lhe fizesse o projeto do que é hoje o Palácio da Comenda, mas propôs-lhe que passasse uma noite de lua cheia naquelas instalações antes de o começar, para que tivesse uma ideia do meio ambiente e do espaço que o rodeava e assim ter noção da potencialidade da casa. O Conde de Armand e a sua família passaram a viver no dito Palácio da Comenda. Os*

anos passaram e a família foi-se dispersando, ficando em França. Aquele edifício tem várias histórias, uma delas que não tem consistência histórica é que a viúva do Presidente Kennedy, Jacqueline, aquando da morte do marido esteve nele hospedada para repouso. No entanto foi usado para fazer parte das filmagens do filme Português "A balada da Praia dos Cães", tirado de um romance de Cardoso Pires no qual participaram vários artistas entre eles, Raúl Solnado. Também nesta zona, mais propriamente na barreira de areia, ainda existem vestígios dos fornos romanos de cozedura de cerâmica, apesar da sua degradação pela ação do mar. Setúbal tinha produção de peixe que era enviado em ânforas para uns fornos na zona de Alcácer do Sal, onde é hoje a Ilha do Cavalo, no entanto também existiam fornos em Setúbal naquele local. Presentemente a Câmara tem intenção de aprová-lo como Edifício de Interesse Municipal." Terminou a sua intervenção fazendo referência que nos anos oitenta o Arquiteto Vasco Massapina dizia que a diferença entre um Edifício Vulgar e um Edifício de Interesse Municipal era que os dois caiem, mas um cai de Interesse Municipal. ----------

Não havendo intervenções a Presidente da Mesa colocou o Protocolo de Delegação de Competências da Comenda para votação, tendo o mesmo ficado aprovado por unanimidade. ---------

Seguidamente a Presidente da Mesa passou ao oitavo e ultimo ponto da ordem de trabalhos- 1ª Revisão Orçamental para 2016, colocando o mesmo para discussão, mas primeiramente deu a palavra ao Presidente da Junta para que desse uma explicação sobre o mesmo. ----------

Teve a palavra o Presidente da Junta, referindo que os documentos estavam bem explícitos e que a Revisão tinha a ver com o encaixe na receita na ordem dos cento e setenta e cinco mil euros, provenientes fundamentalmente do saldo de gerência do ano anterior em oitenta e oito mil euros e de transferências da Câmara com a atualização das despesas com a capitação da saúde referentes tanto ao ano passado como a este e à atualização do salário mínimo, conforme está mencionado nos documentos. ----------

Não havendo nenhuma intervenção a Presidente da Mesa colocou para votação a 1ª Revisão Orçamental de 2016, tendo ficado aprovada por maioria com oito votos a favor (7 CDU; 1 BE) e dez abstenções (6 PS; 4 Coligação Por Setúbal, por Si). ----------

Não havendo mais nenhuma intervenção nem nenhum assunto a tratar, a Presidente da Mesa, após ler as deliberações feitas em minuta desta ata, colocou a mesma para votação, a qual ficou aprovada por unanimidade e deu por encerrada a Sessão, quando eram vinte e quatro horas e trinta minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e dezasseis. ----------

E para constar se lavrou a presente ata que contem dez páginas e que depois de aprovada em Sessão da Assembleia de Freguesia, vai ser assinada e autenticada pelos membros da Mesa. ----------

REDIGIDA E DACTILOGRAFADA POR: Maria Luísa Marques
CORRIGIDA POR: Ana Pereira

Presidente da Assembleia de Freguesia

1ªSecretária

2ªSecretária

CDU - Coligação Democrática Unitária

(A)

Moção

sobre o 1º de Maio
130º aniversário dos acontecimento de Chicago

Neste 1º de Maio assinalamos o 130º aniversário dos acontecimento de Chicago, que estiveram na origem do 1º de Maio, Dia Internacional do trabalhador. Uma jornada de luta pela redução da jornada de trabalho para as 8 horas, violentamente reprimida pelas autoridades dos Estados Unidos da América, que assassinaram dezenas de trabalhadores e condenaram à forca quatro dirigentes sindicais.

Uma data que homenageia também as mulheres e homens deste país que, durante a ditadura fascista, lutaram pela liberdade e por melhores condições de vida e de trabalho, por emprego com direitos, salários e horários dignos.

Em Portugal estes últimos anos particularmente com o governo PSP/CDS, tivemos uma amarga realidade na ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e do povo, com consequências trágicas para a sua vida, mas também para o nosso País.

Uma ofensiva que reduziu os direitos laborais e os rendimentos do trabalho com um único objectivo – o enriquecimento do grande capital à custa do empobrecimento da grande maioria dos trabalhadores e do povo.

Somente com a força dos trabalhadores, organizados, unidos e em luta, foi possível derrotar o governo PSD/CDS, colocando-os em minoria na Assembleia da República.

A nova correlação de forças na Assembleia da República que permitiu a viabilização de um governo do PS, permitiu avanços, tais como: a reposição dos 4 feriados, o fim progressivo da sobretaxa do IRS, o anúncio das 35 horas para trabalhadores da Administração Publica, descongelamento de pensões, reposição de complementos de reforma e do direito de transporte para trabalhadores das empresas publicas de transporte, alargamento do abono de família, o aumento do salário mínimo nacional, do complemento solidário para idosos e do rendimento mínimo.

Apesar de limitados, e com pressões constantes por parte do grande capital na voz da União Europeia e do BCE, como se tem verificado nos últimos dias, têm sido levadas a cabo medidas que visam repor os direitos dos trabalhadores e do povo, bem como a denuncia do inúmero trabalho precário registado em Portugal.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal (São Julião, N. S. Anunciada e Sta Maria) reunida a 26 /Abril/ 2016 apela:

á participação de todos os trabalhadores e do povo nas várias iniciativas que vão ser levadas a cabo no 1º de Maio em particular na Cidade de Setúbal.

Os Eleitos CDU

(B)

Moção
sobre o
25 de Abril

No 42º aniversário da Revolução de Abril e 40º aniversário da Constituição da República

Considerando que assinalamos este ano o 42º aniversário das Revolução de Abril e o 40º aniversário da Constituição da República do Portugal liberto da repressão, censura, prisões e tortura dos muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e a democracia;

Considerando que a Revolução de Abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição da República acolheu e foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do País com uma marcante e galvanizante participação dos trabalhadores e das populações;

Considerando que a consagração do Poder Local Democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril;

Considerando que a Revolução de Abril e a aprovação da Constituição da República foi um dos maiores actos de afirmação de soberania e independência nacionais;

Considerando que os Valores de Abril permanecem bem fundo no ideário dos trabalhadores e do povo português e que a Constituição da República, apesar de ter sido sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas de desvirtuamento e descaracterização, continua a consagrar um conjunto de princípios e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz,

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal , reunida a. 27 de Abril 2016, delibera:

1 -Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base para uma politica que sirva Portugal e os portugueses.

Moção

Pela reposição das freguesias

O processo de agregação/extinção de centenas de freguesias, concretizado com a lei nº 11-A/2013, inseriu-se num objectivo mais amplo de liquidação do poder local democrático, conquista do 25 de Abril, consagrada na Constituição da República Portuguesa.

A pretexto do memorando de entendimento com a troika e da redução da despesa do Estado a extinção/agregação das freguesias - à semelhança do que sucedeu com outros serviços públicos - inseriu-se num processo mais amplo de reconfiguração do Estado, redução do número de trabalhadores, concentração e centralização de serviços. Tal medida significou a eliminação de milhares de eleitos autárquicos, maior afastamento entre eleitos e eleitores, maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuamento do papel e função das freguesias na organização do poder local, entre outras perdas.

Ao contrário do que muitas vezes foi repetido, a reforma administrativa territorial autárquica não trouxe poupança ao Estado, resultando mesmo em muitas situações em encargos acrescidos para as freguesias.

A reforma administrativa imposta pelo governo, sem consideração da opinião das freguesias e das populações, em nada resolveu – antes agravou – os principais problemas com que se confrontam as freguesias.
Uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal reunida a 27 de Abril de 2016. delibera:

1. Reafirmar a exigência de reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respectivos órgãos autárquicos, ouvindo a população da freguesia.
2. Apelar à intervenção dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de tomarem as medidas legislativas necessárias à reposição de freguesias e que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no acto eleitoral de 2017.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETÚBAL

Saudação
42º aniversário do 25 de Abril

"Foram dias, foram anos
A esperar um só dia
Alegrias, desenganos
Foi o tempo que doía
Com os seus riscos e os seus danos
Foi a noite, foi o dia
Na esperança de um só dia"

E eis que o mais ansiado e sonhado dia, poeticamente descrito nestes versos de Manuel Alegre, chegou finalmente ao raiar do dia 25 de Abril de 1974 e ao som da intemporal "Grândola, Vila Morena" como música de fundo.
O primeiro dia da nossa madura e sólida democracia, e que ficará para sempre eternizado na história desta nossa quase milenar nação portuguesa como "A Revolução dos Cravos", que de forma pacífica e ordeira instaurou um regime democrático, livre e plural, pondo fim às quase cinco décadas de ditadura fascista que ensombraram a história da nossa República.

Mas celebrar o 25 Abril é muito mais do que comemorar uma histórica e indelével efeméride e evocar e prestar tributo a todos os que de forma direta ou indireta tornam possível a sua realização e lhe deram expressão constitucional.
Comemorar o 25 de Abril é celebrar, hoje e sempre, os valores da liberdade e da democracia como móbiles da nossa emancipação política, económica, social e cultural enquanto povo e enquanto nação e que nos afirmaram e fizeram senhores do nosso próprio destino.
Comemorar Abril é celebrar as suas inalienáveis conquistas como o Serviço Nacional de Saúde, o ensino público e universal, o Estado social público, o Poder Local democrático, o sufrágio livre e universal, o salário mínimo nacional, a plena cidadania das mulheres, entre tantas outras inabaláveis conquistas.

Mas é também e de forma muito especial, celebrar a Constituição da República Portuguesa, que este ano comemora 40 anos da sua existência. Cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa significa, portanto, cumprir e fazer cumprir os desígnios e as conquistas de abril devendo, por isso, constituir-se como matriz primeira e absoluta do progresso e do desenvolvimento económico, social e cultural do nosso país.

Com efeito, a mundividência com que hoje nos confrontamos, lembra-nos, com assombro, que a liberdade e a democracia são valores que para muitos povos e nações não passam ainda de um quimérico desígnio nem de um sonho distante e constantemente adiado, e que mesmo para aqueles, como nós, que respiram liberdade e democracia, jamais as podem considerar como conquistas eternamente adquiridas, nem deixar de lutar sempre pela sua suprema prevalência, enquanto paradigma universal de organização das sociedades. Assim, o tempo presente e futuro convocam-nos para um combate permanente pela afirmação e defesa intransigentes dos direitos, das liberdades e das garantias de Abril, aquém e além fronteiras, pelo progresso, pela justiça, pela liberdade, pela igualdade e pela fraternidade dos povos e das nações.

Somos, assim, chamados a ser parte ativa e integrante de um projeto político de democracia com um alcance e vocação universal, que afirme e faça valer o seu primado da liberdade, à luz da globalização da economia e dos mercados; dos movimentos demográficos e dos fluxos migratórios; das redes e das novas tecnologias de informação e comunicação.

Temos, portanto, de nos arrogar a assunção de protagonizar um projeto que nos torne capazes de conceber a liberdade à luz do nosso tempo e da sua substância, em nome de uma sociedade universal liberta não só do estigma do medo, da ignorância, da pobreza e da dinâmica do imediato e do provisório, mas também do preconceito, do ódio, da intolerância, da falta de solidariedade, e que não se deixe, jamais, manietar pelo oportunismo populista dos nacionalismos isolacionistas, mas, pelo contrario, que seja centrado e tenha na dignidade e na condição da pessoa humana o alfa e o ómega da sua razão de ser.

O desafio afigura-se hercúleo, sobretudo pela natureza trágica e dramática dos fenómenos e acontecimentos que, cada vez mais, assolam o nosso quotidiano e pela escala e dimensão globais do seu impacto, que não só constituem um marco disruptivo com a realidade anteriormente conhecida, como põem à prova a resiliência das nossas instituições democráticas e limitam a capacidade de resposta e a eficácia das políticas nacionais.

Mas a dificuldade do desafio em nada nos deve atemorizar, mas antes agigantar-nos na resistência e na luta, com a mesma coragem, convicção e determinação com que os protagonistas de Abril forjaram um novo horizonte coletivo de esperança, livre e democrático.
Solenizar, evocar e perpetuar o 25 de Abril é portanto, honrar hoje, amanhã e sempre, em Portugal, na Lusofonia, na Europa e no Mundo, a nossa história, a nossa memória e a nossa identidade coletiva. Porque afinal, como Emília Duarte eternizou na sua canção:

"Somos um povo que cerra fileiras,
Parte à conquista do pão e da paz.
Somos livres, somos livres,
Não voltaremos atrás."

Setúbal, 27 de abril de 2016

(E)

Bloco de Esquerda

Assembleia da União das Freguesias de Setúbal

Saudação ao 1º de Maio

Neste 1º de Maio assinalamos os 130 anos dos acontecimentos de Chicago, uma ação pela redução da jornada de trabalho para as 8 horas e que foi violentamente reprimida pelas autoridades norte-americanas, com a condenação à morte de quatro dirigentes sindicais e o assassinato de dezenas de trabalhadores. Assim nasceu o Dia Internacional do Trabalhador.

No nosso país este 1º de Maio de 2016 tem um significado especial. É o tempo de valorizar o trabalho, combater o desemprego, a precariedade e os baixos salários e pensões, lutar pela efetivação dos direitos individuais e coletivos.

Em 4 anos de aplicação dum programa de "ajustamento" definido por instituições da U.E., os direitos dos trabalhadores foram alvo do maior ataque das últimas décadas. Foram cortados salários e pensões, foi aumentado o tempo de trabalho não pago. Desceu o custo do trabalho. Dados de 2014 indicam que o preço médio da mão de obra por hora (13,1 €) é praticamente metade da média da U.E (24.6€/hora), muito abaixo da França (34,6€), da Bélgica (39,1€), da Alemanha (31,4€) ou da Dinamarca (40,3€). E ocorreu a diminuição brutal do número de trabalhadores abrangidos pela contratação coletiva (de 1.274.032 trabalhadores em 2010 para apenas 194.538 trabalhadores em 2013).

É hora de repor salários e condições de trabalho dignas, combater o trabalho precário e defender e conquistar direitos sociais e laborais. É hora de conseguir as 35 horas por semana para todos os trabalhadores. É hora de dinamizar a contratação coletiva, elemento essencial para dignificar o trabalho.

Assim, a Assembleia da União faz Freguesias de Setúbal, reunida em sessão ordinária, em 27de Abril de 2016,

– Saúda o 1.º de Maio, que se aproxima, em nome do futuro que começámos a construir em Abril. O Dia Mundial do Trabalhador será assinalado por jornadas de luta de Norte a Sul para exigir maior recuperação de salários e pensões e o fim da austeridade, enfrentando as imposições da Comissão Europeia, do BCE e do FMI.

O representante do BE
Silvana Paulino

(F)

MOÇÃO

CONTRA O AUMENTO BRUTAL DA ÁREA DE ESTACIONAMENTO PAGO EM SETÚBAL

Os eleitos do PSD e do CDS nesta Assembleia de Freguesia expressam a sua veemente discordância com o conteúdo da proposta aprovada na sessão da Câmara Municipal de Setúbal, no passado dia 6 de Abril, sobre o "Concurso público para a concessão da gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública, na cidade de Setúbal".

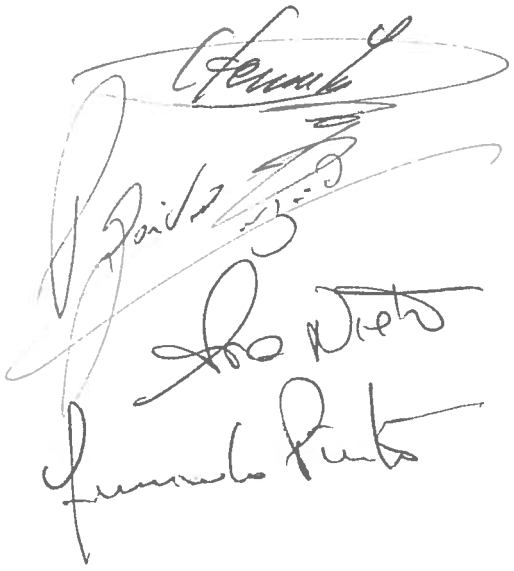
A decisão de passar a cobrar estacionamento em zonas residenciais, comerciais e de lazer da cidade, até agora isentas dessa obrigação, traduz-se na criação de mais um encargo aos setubalenses e a quem nos visita, totalmente injustificado.
Esta medida é mais um atentado contra os interesses dos cidadãos setubalenses e da nossa cidade.

Pelas taxas agora aprovadas pela maioria comunista na Câmara Municipal percebe-se que um utilizador frequente do estacionamento nessas zonas, facilmente, poderá ter que pagar entre 200 a 400 euros por ano.
Mais, estamos cientes do facto de, mesmo o dístico para residentes ter um custo de até 60 euros.
E que, por cada um destes dísticos vendidos, a Câmara se propõe criar um outro lugar de estacionamento pago (a explorar pelo concessionário) para compensar o menor rendimento de cada lugar de morador.

Já pagamos as taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) no máximo, apenas por opção da Câmara.
Não temos direito a devolução do IRS, apenas por opção da Câmara.

Vem agora a Câmara, com o manifesto apoio da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Setúbal, castigar-nos com o aumento do estacionamento pago, de forma brutal e sem a mínima informação da população, pelo que solicitamos a revogação da deliberação n.º 27/2016/DAFRH/DIGEF/SECPP aprovada na Câmara Municipal de Setúbal, a 6 de Abril do corrente ano.

Depois de aprovada deve esta Moção ser publicada nos locais de estilo habituais, no site da Junta de Freguesia e na comunicação social local e nacional.

Setúbal, 27 de Abril de 2016

Os Eleitos